



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

**Sub-eixo:** Formação profissional

### AS REFLEXÕES ACERCA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS 30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A INTERFACE COM O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

VICTORIA DO LIVRAMENTO <sup>1</sup>  
REBECA AZEVEDO SEGUNDO <sup>1</sup>

**RESUMO:** Este resumo traz o resultado parcial e a experiência acadêmica de uma iniciação científica, realizada na Universidade Federal Fluminense, sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a interface com o trabalho dos assistentes sociais. Entende-se que as diversas mudanças consolidadas no ECA trouxeram novas tendências teóricas e concepções para a política de atendimento e, com isso, são forjadas diferentes estratégias de atendimentos que impactam diretamente e indiretamente no exercício profissional de profissionais de serviço social.

**Palavras chaves:** Pesquisa; assistentes sociais; criança; adolescente.

**ABSTRACT:** This summary brings the partial result and the academic experience of a scientific initiation, carried out at the Fluminense Federal University, on the 30 years of the Child and Adolescent Statute (ECA) and the interface with the work of social workers. It is understood that the various changes consolidated in the ECA have brought new

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal Fluminense

theoretical trends and concepts to the service policy and, with this, different service strategies are forged that directly and indirectly impact the professional practice of social service professionals.

**Keywords:** Research; social workers; child; adolescent.

## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo informar os resultados parciais da pesquisa “Os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais”. O propósito é identificar e analisar as mudanças em 30 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente e salientar a sua interface no trabalho de assistentes sociais que atuam na assistência social, na saúde e na educação, sendo esses últimos aspectos a inovação da investigação.

A contribuição política e profissional de assistentes sociais na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, ao longo dos 30 anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente é notória. Contudo, para além das questões objetivas que sempre atravessaram o Serviço Social no Brasil, duas questões ameaçam a formação crítica de assistentes sociais. O imperativo da privatização que, dentre outros postulados, tem incidido na massificação do ensino superior e na adoção de cursos aligeirados de graduação, na modalidade à distância, sem a garantia dos princípios constitucionais de ensino, pesquisa e extensão. E a agenda ultraneoliberal, incorporada no período pós golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016. A dimensão da proteção social, presente na legislação brasileira, incluindo as políticas de Seguridade Social e os dispositivos do ECA, passou por um ataque sistemático.

Em primeiro lugar, com a redução drástica dos orçamentos, por meio da Emenda Constitucional nº 95, e da contrarreforma trabalhista e previdenciária. E, em segundo lugar, com a eleição de governos conservadores, por meio de discursos autoritários e medidas políticas que atentam contra os princípios éticos que permeiam os direitos humanos.

Nesse sentido, diante dessa conjuntura, o trabalho de assistentes sociais, em políticas que atendem crianças e adolescentes, é impactado pelas alterações recentes que atacam os direitos sociais e isso, conseqüentemente, exigirá um conjunto de estratégias para compreensão e implementação dos princípios que norteiam as mudanças operacionalizadas ao longo dos 30 anos do ECA.

Com os balanços e perspectivas acerca do ECA, parcela da categoria profissional vem construindo estratégias e demonstrando sagacidade na mediação de tensas relações institucionais, com a absorção das mudanças e práticas propositivas que lidam de forma crítica com os ajustes operacionalizados no ordenamento jurídico. Mas, por outro lado, a categoria tem sido coercitivamente ameaçada e pressionada a lidar com uma dimensão legalista e punitiva, não apenas no atual contexto político, mas por meio de requisição de estudos sociais e pareceres para o Sistema de Justiça que, muitas vezes, corroboram com o enrijecimento da ação estatal e no tratamento de assistentes sociais como “polícia

das famílias” (DONZELOT, 1986), seja na produção de provas para criminalizar a população usuária, seja na reprodução conservadora de valores ou de uma concepção idealista dos arranjos familiares, principalmente, dos segmentos pobres e negros da classe trabalhadora.

Como a pesquisa busca acompanhar as mudanças do ECA nas últimas três décadas e analisar o conhecimento acerca dessa legislação social por parte de assistentes sociais, o processo metodológico configura uma expressão teórico instrumental que, num momento inicial, busca fundamentar teoricamente a proposta de pesquisa e perfaz o caminho dos procedimentos epistemológicos e empíricos, “a pesquisa teórica é aquela que monta e desvenda quadros teóricos de referência” (DEMO, 1987, p. 23).

No primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica com o levantamento de artigos, nos principais periódicos da área, com os descritores sobre o ECA, exercício profissional de assistentes sociais e prática profissional. A leitura, a sistematização e discussão do material levantado foram realizadas para favorecer o conhecimento acerca do objeto da pesquisa.

Os levantamentos dos principais periódicos da área se debruçaram sobre os dados coletados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), eventos de porte nacional e de grande relevância para a categoria, sendo fundamentais ao proporcionar debates, reflexões, discussões e trabalhos que fomentam a formação crítica de estudantes e profissionais da área do Serviço Social.

Portanto, neste trabalho será apresentada a experiência da pesquisa sobre os 30 anos do Estatuto da criança e do adolescente com o intuito de demonstrar como a iniciação científica é de grande contribuição para os estudantes de graduação em serviço social. Também será abordado em seguida as articulações realizadas, as reflexões bibliográficas abordadas para a iniciação científica, os resultados obtidos até o momento dos levantamentos realizados neste período de pesquisa e a atuação do assistente social com relação a Lei nº 8.069 de 1990.

## II. A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA SOBRE OS 30 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

É possível afirmar que para intervir é preciso conhecer e por isso a pesquisa é um recurso fundamental para o debate e avanços nos contextos sociais. Há níveis e graus de conhecimento que tendem a ser oriundos de uma busca, de uma intuição ou da razão crítica-analítica (de nível mais alto do conhecimento), que são distintos, mas se complementam. Sendo assim, é através da necessidade de um alinhamento no real que é conduzido e produzido o conhecimento.

Somado a isso, para além do conhecer é necessário ter um trabalho intelectual com preparo e formação, além de diversas habilidades e competências. No campo do conhecimento existe o teórico, que é aquele mais universal e mais complexo que reproduz o real do pensamento.

Sendo assim, a pesquisa é um aglomerado de ações que possui como objetivo a descoberta de conhecimentos no domínio científico, assumindo um papel essencial no meio acadêmico para formação, adentrando numa intervenção qualificada, produzindo e ampliando os meios de conhecimento.

Portanto, acredita-se que a universidade se pauta na pesquisa, no ensino e na extensão e por isso, o graduando (a) precisa ter a chance de passar por esse tripé tendo em vista que é essencial ter a oportunidade de estar participando de uma pesquisa pois a mesma contribui e colabora na construção de um profissional capacitado. Visto isso, a pesquisa sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente com a interface do trabalho dos assistentes sociais acarretou diversas indagações sobre a temática sendo importante estar sendo pesquisado nos espaços acadêmicos com a finalidade de contribuir na universidade e com a sociedade brasileiras.

A pandemia da covid-19 trouxe diversos desafios para os estudantes e para os professores, contudo, se foi necessário se reinventar e uma das ações foi inserir métodos de ensino virtual para tornar possível a realização da pesquisa de forma a ser perpassada com qualidade e com o comprometimento.

A atuação do assistente social tende a agir e intervir nas expressões das desigualdades sociais, através de um processo de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista e por isso a produção do conhecimento é importante para o serviço social. Ao profissional cabe tornar a pesquisa um elemento essencial do seu trabalho, considerando a apreensão real das condições e como precondição do seu exercício profissional de competência e qualificado.

Portanto, é possível afirmar que a pesquisa e os incentivos da iniciativa científica têm contribuído para o crescimento intelectual do graduando e está interligado com a forma do conhecer crítico e continuado sobre a temática do Estatuto da Criança e do Adolescente relacionado ao trabalho do assistente social.

### **III. AS ARTICULAÇÕES DA PESQUISA**

Um dos tópicos principais da iniciação científica são as articulações com os profissionais de serviço social que atuam diretamente ou indiretamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Por este motivo, foi proposto a realização de encontros e diálogos com os profissionais de cidades consideradas bastantes violentas na área da infância e juventude com o intuito de dialogar com os profissionais e trabalhar o fortalecimento da atuação coletiva e pautada nos direitos das crianças e dos adolescentes.

Este período foi enriquecedor para a iniciação científica uma vez que foi possível compreender e trabalhar por meio da concepção trazida dos profissionais de diversas áreas da assistência social, educação e saúde que atuam com crianças, adolescentes e as famílias. A primeira ação foi realizada na cidade de São Gonçalo, localizado no Rio de Janeiro uma vez que é um município populoso e com um alto índice de violência e letalidade contra crianças e adolescentes.

Ações articuladora como essa de interação com os assistentes sociais tornam possíveis compreender e entender as conjunturas sociais e políticas de determinados locais assim como o conhecer da intervenção e atuação dos

profissionais de serviço social no espaço sócio-ocupacional.

#### **IV.A REFLEXÕES BIBLIOGRÁFICAS COM OS AVANÇOS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

No início da pesquisa foi proposto a leitura de discussão de referências bibliográficas sobre a temática da infância e juventude com a finalidade de entender e debater sobre os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas transformações.

Por isso, foi feito o estudo, o debate e o fichamentos de seis textos com diversas vertentes e autores envolvidos com a infância e juventude para que se fosse possível refletir sobre o tema de uma forma ampliada, surgindo dali diversas críticas e construções futuras de artigos para publicações.

Os textos trabalhados foram: “Estatuto da Criança e do Adolescente, Justiça e a realidade física infantojuvenil no Brasil” de Cândida Alzira Bentes de Magalhães Senhoras e Carla Appolinario de Castro (2020); “Estatuto da criança e do adolescente: uma análise sistemática do campo científico” de Eloi Martins Senhoras e Marcos de Lima Gomes (2020); “Ilusões e sementes do Estatuto da Criança e do Adolescente” de Rodrigo Silva Lima (2020); “Estatuto da Criança e do adolescente: 30 anos de proteção?” de Joana Garcia e Rodrigo Lima; “30 anos do ECA: direitos infanto-juvenis na plataforma dos direitos humanos.” de Pedro Roberto da Silva Pereira; José Ricardo Cunha e “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” De Evelina Dagnino.

Os textos acima foram abordados para ampliar as análises sobre os impactos do Estatuto da Criança e do Adolescente, numa perspectiva de totalidade e singularidade das múltiplas determinações impostas e que atingem a vida das crianças e dos adolescentes por viés econômicos, políticos, culturais e sociais. Foi possível fazer a compreensão do período em que os artigos foram publicados, analisar as construções dos autores e como isso iria de encontro com a proposta da

pesquisa.

Apesar de uma abordagem progressista nos artigos estudados, é possível afirmar que os autores trouxeram em suas respectivas produções diferentes concepções e visões da temática, seja pelo viés profissional inserido ou a conjuntura em que trabalharam e estudaram o Estatuto da Criança e do Adolescente. O conceito de ser criança e adolescente dependeu e depende do pensamento dominante em cada fase histórica no Brasil e nos textos trabalhados foi perceptível uma análise de historicidade que trouxessem conceitos distintos a mesma abordagem.

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seus 30 anos de existência têm influenciado a evolução do tratamento jurídico e social da criança e do adolescente no Brasil. No que diz respeito aos avanços dos direitos humanos e avanço na proteção integral, o ECA e a convenção dos direitos das crianças são dois marcos fundamentais para as transformações. O Estatuto foi o marco mais importante para o público infanto-juvenil brasileiro, assinalando a transição do paradigma da situação irregular para o paradigma da proteção integral.

Aliado a isso, com o intuito de adentrar nas temáticas que trazem novas pautas e questionamentos na temática da criança e do adolescente também foram realizados estudos sobre a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017 que reafirma o procedimento de entrevista em situação de violência contra criança e adolescente.

Sendo assim, a base para o estudo foram os textos: Serviço Social no sociojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos, da Eunice Fávero (2018) e a Nota Técnica sobre a "escuta especializada" proposta pela Lei 13.431/2017: questões para o Serviço Social (CFESS, 2019) do Maurilio Matos.

Somado a isso, foi realizado participações em diversos eventos voltados a temática abordada na pesquisa como: "Os desafios para a proteção da infância e juventude no Brasil", da Escola de Talentos; "Direitos Humanos em tempo de neofascismo no Brasil", "04 anos do NUDISS e a importância da pesquisa e da extensão" e a reunião de planejamento para o ano de 2022 do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, infância, Juventude e Serviço Social e "o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): reflexões sobre os desafios para a proteção

integral” do Seminário proposto pelo Conselho Federal de Serviço Social.

## V. RESULTADOS PARCIAIS OBTIDOS

Após o aprofundamento teórico sobre as legislações do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o serviço social, foi necessário fazer o recorte de publicações dos profissionais inseridos na área da infância e juventude para avaliar a inserção de produções técnicas dos assistentes sociais (CASTRO e SENHORAS, 2020; GOMES e SENHORAS, 2020; LIMA, 2020; LIMA e GARCIA, 2020.)

É importante ressaltar que a atuação do Serviço Social não ocorre de forma isolada. Pode-se afirmar que, no Brasil, o profissional atua em um contexto de avanços neoliberais e de crise estrutural que tem por consequência subempregos, desmontes de direitos, terceirizações e desregulamentações trabalhistas.

Na prática profissional, as mediações entre elaboração teórica, a projeção e a intervenção se dão de maneira complexa: têm que responder a questões muito concretas, socioeconômicas e políticas de uma sociedade extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos. Nesse espaço, o profissional não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção (BATISTA, 1995, p. 115).

Portanto, destacamos que a intervenção profissional do assistente social é constitutiva de diversas dimensões e necessita do uso de instrumentos com conhecimento da finalidade da ação e do objetivo. Visto isso, cabe relatar a importância de assistentes sociais nas áreas de atuação da infância e juventude. Sendo assim, foi realizado no decorrer da pesquisa levantamentos de artigos e publicações dos profissionais de serviço social que relatassem sobre a criança e o adolescente em suas áreas de abrangência.

Por se tratarem de dois dos eventos mais relevantes da categoria, a média de trabalhos aprovados entre o período recortado pela pesquisa, de 2010 a 2022, chega a um quantitativo de 1200 a 1500 trabalhos aprovados em cada edição. Contudo, foi possível analisar uma reduzida produção de artigos pelos profissionais

inseridos no cotidiano da atuação sobre a temática da criança e do adolescente, a questão posta nos fez refletir que apesar da atuação frequente com a temática, pouco se produziu sobre a mesma.

A análise dos dados levantados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) revelou que em 2010 foram produzidos 74 (sessenta e quatro) trabalhos sobre a temática da criança e do adolescente, enquanto 2013 foram produzidos 83 (oitenta e três) produções, em 2016 foram produzidos 184 (cento e oitenta e quatro) trabalhos e em 2019, foram produzidos 197 (cento e noventa e sete). Com isso, foi possível analisar que houve um aumento dos de publicações sobre a temática, contudo, quando comparado a outras áreas temáticas e ao universo do quantitativo de trabalhos aprovados, não houve uma expansão significativa. Conforme indica o gráfico:

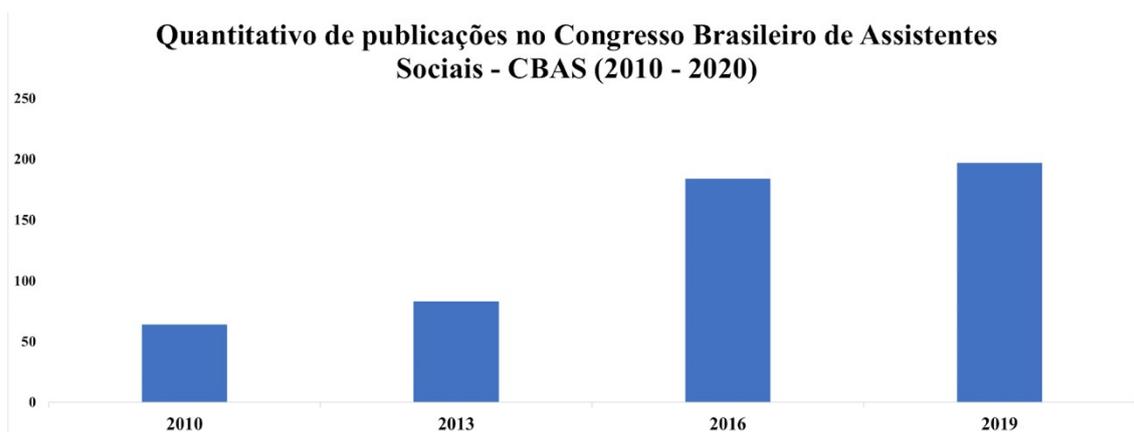


Gráfico 1: Quantitativo de publicações no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS (2010 – 2020).

Além disso, o levantamento de dados também permitiu a construção de um gráfico com os temas mais presentes nos trabalhos produzidos sobre a temática da infância e da adolescência:

### PRINCIPAIS TEMÁTICAS DISCUTIDAS NO CBAS ( 2010 - 2019 )

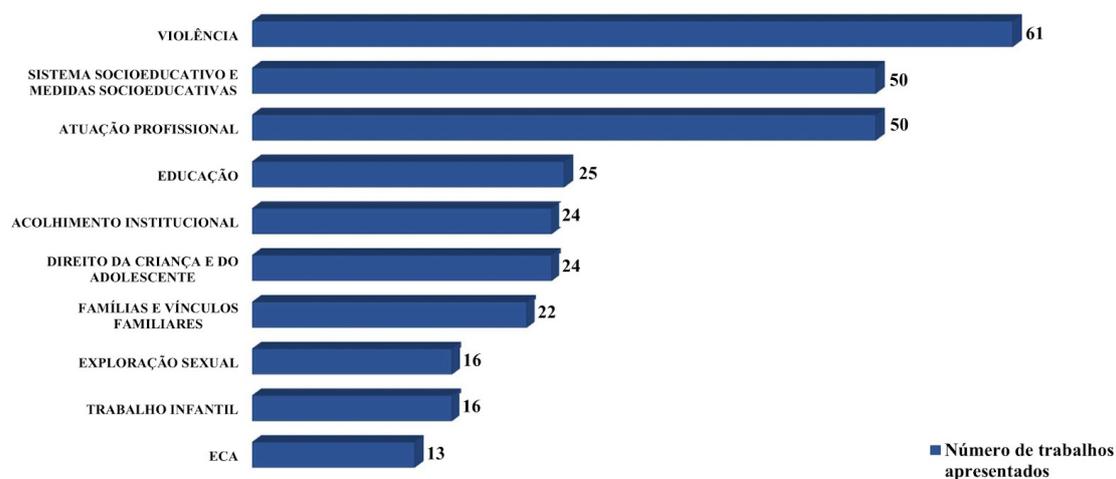


Gráfico 2: Principais temáticas discutidas no CBAS (2010 – 2019).

Para o levantamento de dados do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), foram analisados os dados da edição de 2010, 2016 e 2018. Diferente do CBAS, os dados levantados pela pesquisa demonstram uma diminuição do quantitativo de trabalhos sobre a temática da criança e do adolescente a cada edição. Em 2010 foram produzidos 92 (noventa e dois) trabalhos sobre a temática da criança e do adolescente, enquanto em 2016 foram produzidos 66 (sessenta e seis) e em 2018 foram produzidos 50 (cinquenta) trabalhos. Conforme indica o gráfico:

### Quantitativo de publicações no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS (2010, 2016 e 2018)

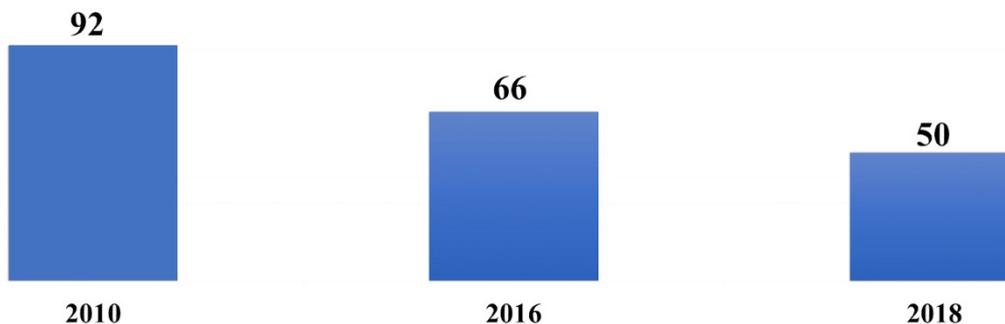


Gráfico 3: Quantitativo de publicações no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS (2010, 2016 e 2018).

Diante do exposto, foi possível analisar preliminarmente uma reduzida aprovação de trabalhos de profissionais com inserção no cotidiano das instituições e políticas de promovem, protegem e defendem os direitos de crianças e adolescentes. A questão posta nos fez refletir sobre três aspectos, que ainda não são conclusivos: 1) apesar de muitos profissionais atuarem com a temática, o rigor das avaliações, nesses congressos, pode impedir que os seus trabalhos sejam aprovados; 2) os valores que envolvem inscrição, passagem e hospedagem, nesses congressos, são incompatíveis com a remuneração dos profissionais; 3) há uma reduzida produção do conhecimento nessa área.

## VI. O ECA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS

A partir das lutas dos movimentos sociais ligadas às temáticas da criança e do adolescente, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, incorporaram muitas reivindicações oriundas destes movimentos. Observamos os avanços para a melhoria dos direitos, onde as crianças e os adolescentes aparecem como sujeitos das suas próprias histórias.

As mobilizações sociais trouxeram diversos avanços relacionados na

proteção e promoção da garantia dos direitos na infância e adolescência. Sendo assim, a questão da criança e o do adolescente foi sendo incorporado nas noções de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Essa noção se originou em 1948 com a Declaração Universal dos direitos humanos e se consolidou, no Brasil, com o ECA.

O ECA é responsável por regulamentar, em sentido amplo, direitos fundamentais previstos na Constituição, como respeito à vida e à saúde, à liberdade e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, cultura, esporte e lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. Concebe a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, passíveis de proteção integral por serem indivíduos em uma peculiar fase de desenvolvimento, e dá prioridade absoluta aos cuidados a eles dispensados. Os segmentos infante juvenis são os mais empobrecidos e os que vivenciam as maiores desigualdades e violências no país, bem como a violação dos direitos humanos (REIS, 2019) e, nesse sentido, a relação do Serviço Social com a área da infância e da adolescência e a defesa do ECA, está relacionado aos compromissos éticos, em especial, a “defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo”.

O ECA é uma das principais legislações brasileiras garantidoras e protetivas em relações aos direitos das crianças e dos adolescentes. O Estatuto é de grande ruptura dos aspectos sociais que inaugurou o viés protetivo.

De acordo com Lima (2013), o ECA atravessou três grandes momentos: ao ser concebido na década de 1980, na efervescência dos movimentos sociais, da sociedade civil; ao nascer, em 1990, como símbolo da organização de diversos segmentos, inclusive das próprias crianças e adolescentes e nos anos 2000, alcançando sua maioria ou sendo objeto de críticas e de inúmeras alterações. As concepções políticas e filosóficas que embasam a doutrina de proteção integral consagrada no ECA e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança da ONU apresentam três grandes princípios: a) a noção de sujeito de direitos, b) o interesse superior da criança e do adolescente e c) a indivisibilidade dos direitos. (LIMA, 2021, p. 09).

Somado a isso, o Estatuto da Criança e adolescente em seus trinta e dois anos de surgimento passou por diversas alterações que possibilitaram uma maior efetivação na garantia de direitos das crianças e dos adolescentes. Sendo assim, é válido ressaltar algumas de leis importantes para questão da violência contra criança

e adolescente que alteraram a Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do adolescente).

A formação do assistente social propõe as dimensões de um conhecimento teórico- metodológico, ético- político e técnico-operativo, para a sua intervenção na sociedade. Sendo assim, as dimensões interventiva e de investigações se dão por meio da condição central da formação profissional e na concepção do teórico e do real. Apesar da relevância do ECA em seu pioneirismo na defesa e garantia de direitos da infância e juventude, bem como sua relevância para a atuação profissional de assistentes sociais, os resultados parciais aqui demonstrados apontam o quão pouco temos discutido e publicado sobre o estatuto. Entre 2010 e 2019, apenas 13 artigos tinham o ECA como seu objeto de estudo principal, em um universo de aproximadamente mais de quatro mil trabalhos aprovados e apresentados.

Ainda que o ECA tenha alicerçado importantes avanços, em uma conjuntura ultraneoliberal como a que temos vivido, é fundamental que esses avanços não sejam apenas tomados como garantidos, mas que seu aprimoramento, alterações e novas requisições sejam um espaço em disputa. Para isso, é necessário que o serviço social fortaleça sua postura de discutir, refletir e produzir sobre o ECA, já que só a partir de uma visão e discussão crítica dessa realidade é possível dar seguimento à nossa atuação nesses espaços.

## **VII. CONCLUSÃO**

Em suma, a pesquisa “os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e a interface com o trabalho dos Assistentes Sociais” tem proporcionado diversos resultados e indagações que torna possível e importante querer conhecer mais sobre tais dinâmicas. A pesquisa é o momento de reflexão do pesquisador de iniciação científica, por este motivo, é através desse momento que é possível refletir e conhecer as transformações, seja em leis, políticas públicas e sociais, teorias e tudo que contribua socialmente.

Portanto, pensar nos 30 anos do ECA é pensar no ato de pesquisar, e essa movimentação é para entender e avaliar o cotidiano profissional atualmente e a sociedade em sua totalidade. Ter criticidade por conhecer diversas referências bibliográficas assim como poder contribuir por meio dos levantamentos é de extrema importância para a formação acadêmica.

## VIII. REFERÊNCIAS

BATISTA, N. Fragmentos de um discurso sedicioso. In: Instituto Carioca de Criminologia. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. n. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I.S. Política Social: fundamentos e história. Biblioteca básica do Serviço Social N.2 - São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL (2017). Lei 13. 431 de 4 de abril de 2017. Lei da escuta especializada. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm)> Acesso em 29 ago. 2022

BRASIL (1990). Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)> Acesso em 28 ago. . 2022.

CASTRO, A. C; SENHORAS, C. Estatuto da Criança e do Adolescente, Justiça e a realidade física infanto-juvenil no Brasil. Amazônia: Universidade Federal de Roraima, 2020.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Brasília. Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão. Brasília, 2014

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo: Atlas, 1987.

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Editora Ática, 2005.

DONZELOT, J. A Polícia das Famílias. 2a edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FÁVERO, Eunice. Serviço Social no sóciojurídico: requisições conservadoras e resistências na defesa de direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 131, p. 51-74, jan./abr. 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. Impunidade e inimizabilidade. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 77. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, M. SENHORAS, E. Estatuto da Criança e do Adolescente: uma análise sistemática do campo científico. Amazônica: Universidade Federal de Roraima, 2020.

LIMA, R. S. Abordagens e possibilidades para escuta de crianças e adolescentes. Texto para curso de capacitação – Macaé, 2021 (Mimeo).

LIMA, R. S. Ilusões e sementes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Amazônia: Universidade Federal de Roraima, 2020.

LIMA, R. S. GARCIA, J. Estatuto da Criança e do Adolescente: 30 anos de proteção? - Rio de Janeiro. CEDECA, 2020.

MATOS, Maurilio. Nota Técnica sobre a "escuta especializada" proposta pela Lei 13.431/2017: questões para o Serviço Social (CFESS, 2019).

PEREIRA, Potyara A. P. A utilidade da pesquisa para o serviço social. Serviço Social e Saúde, Campinas, v. 4, p. 1-158, maio 2005.

REIS, E. M. et al. (org.). 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança: avanços e desafios para meninas e meninos no Brasil / Fundo das Nações Unidas

para a Infância (UNICEF). São Paulo: UNICEF, 2019.